Remunerações, subsídios e abonos

Descrição	IRS		Segurança Social	
	Tributação	Isenção	Tributação	Isenção
Vencimentos, subsídios de férias e Natal, comissões	x	–	x	–
Orgãos sociais	x	–	mínimo de 1 IAS (1)	–
Abono para falhas	–	até 5% da remuneração mensal	–	até 5% da remuneração mensal
Ajudas de custo para deslocações em Portugal	Diretores	–	até € 69,19/dia	até € 69,19/dia
	Outros	–	até € 50,20/dia	até € 50,20/dia
Ajudas de custo para deslocações no estrangeiro	Diretores	–	até € 100,24/dia	até € 100,24/dia
	Outros	–	até € 89,35/dia	até € 89,35/dia
Carro próprio – pagamento de km's	–	até € 0,36/Km	–	até € 0,36/Km
Carro de serviço – aquisição / utilização particular	x (2)	–	x (2)	–
Despesas de viagem não conexas com a atividade	x	–	x	–
Empréstimos concedidos pela Empresa – à habitação própria	x	($\leq$ € 180.426,40) e ($tx \geq 70\% * Tx.BCE$)	–	–
Empréstimos concedidos por outra entidade – juros são suportados pela empresa (na totalidade ou em parte)	x	–	x	–
Empréstimos concedidos pela Empresa – outros	x (3)	taxa juro > = taxa referência	–	–
Gratificações extraordinárias/gratificações de balanço	x	–	x (4)	–

Horas extraordinárias / gratificações regulares	x	–	x	–
Isenção de horário de trabalho / diuturnidades	x	–	x	–
Pagamento cessação contrato de trabalho	–	até (Rem. média dos últimos 12 meses) * anos trabalho ⁽⁵⁾	–	até (Rem. média dos últimos 12 meses) * anos trabalho ⁽⁵⁾
Pensão reforma, complem. Empresa / Seg. Social	x	–	–	x
Pré-reformas	x	–	x	–
Seguros de reforma	x	–	–	x
Planos de compra de ações	x	–	–	x (6)
Subsídio de refeição	–	até € 4,52/dia	–	até € 4,52/dia
Vales de refeição	–	até € 7,23/dia	–	até € 7,23/dia
Subsídio de renda	x	–	x	–
Subsídio da Empresa (doença, educação...)	x	–	–	x
Subsídio doença, pago pela Segurança Social	–	x	x	–

(1) Indexante de Apoio Social (IAS) para 2019: € 435,76.

(2) O benefício decorrente da utilização pessoal apenas está sujeito a tributação quando exista acordo escrito. Para efeitos de sujeição a contribuições para a Segurança Social são exigidas condições adicionais.

(3) Na falta de publicação da portaria que fixa a taxa de juro de referência, considera-se 70% da taxa mínima proposta aplicável às operações principais de refinanciamento pelo BCE, ou de outra taxa legalmente fixada como equivalente do 1.º dia útil do ano a que respeitam os rendimentos.

(4) Os montantes atribuídos aos trabalhadores a título de participação nos lucros das empresas estão sujeitos a contribuições para a Segurança Social. Contudo esta sujeição só entrará em vigor quando for regulamentada.

(5) Tratando-se de gestor, administrador, gerente de pessoa coletiva, gerente público ou representante de estabelecimento estável de entidade não residente, os montantes recebidos pela cessação do vínculo laboral são sujeitos a tributação na sua totalidade, apenas na parte respeitante a essas mesmas funções. A parte respeitante a períodos em que estes tenham exercido funções como trabalhador por conta de outrem continuam a beneficiar da exclusão de tributação. Relativamente à Segurança Social, não constituem base de incidência a compensação por cessação do contrato de trabalho no caso de despedimento coletivo; por extinção do posto de trabalho, por inadaptação; por não concessão de aviso prévio; por caducidade; por resolução por parte do trabalhador; por cessação antes de findo o prazo convencional do contrato de trabalho a prazo.

(6) Desde que os benefícios do plano de ações não seja pago em dinheiro.

Nota: A partir de 1 de janeiro de 2019, o valor do salário mínimo nacional aumentou para € 600.